

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 521, DE 2024

Altera o art. 28-A da Lei n. 8.171 para
proibir a exportação de animais vivos.

Autor: Deputado CÉLIO STUDART

Relator: Deputado PEZENTI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 521 de 2024, de autoria do Deputado Célio Studart, propõe alterar o artigo 28-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1971, para adicionar um parágrafo que proíbe a exportação de animais vivos para fins de abate ou reprodução.

De acordo com o autor, a iniciativa busca responder a preocupações éticas, morais e ambientais, além de promover o alinhamento com as diretrizes constitucionais sobre a proteção ambiental e da fauna.

A proposta tramita em regime ordinário e foi distribuída para apreciação conclusiva das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados).

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei em análise pretende proibir a exportação de animais vivos para fins de abate ou reprodução. O autor alega que o transporte ocorre em condições insalubres e em espaço reduzido, caracterizando maus tratos aos animais.

Indubitavelmente, o bem-estar animal é questão de grande importância, e a intenção do autor de garantir tratamento ético aos animais é louvável. No entanto, o Brasil, reconhecendo a relevância da questão, já incorporou as normas da Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) relativas ao transporte de animais vivos em sua legislação infralegal. Os atuais normativos estabelecem diretrizes abrangentes para garantir que o transporte de animais ocorra sob condições que minimizem o estresse, a dor e o sofrimento.

É fundamental enfatizar que as diretrizes OMSA não advogam pela proibição do transporte de animais, inclusive no contexto das exportações. Ao contrário, a OMSA é reconhecida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) como a principal autoridade global em questões de saúde e bem-estar animal. Este reconhecimento foi oficializado por meio de acordo de cooperação que estipula que as recomendações da OMSA são aceitas pela OMC como padrão para regulamentar o comércio internacional, aderindo aos mais altos padrões técnicos e científicos.

Além das questões relacionadas ao bem-estar, é fundamental considerar o impacto econômico de uma proibição total da exportação de animais vivos. A cadeia produtiva da pecuária envolve diversos setores, desde a criação dos animais até o transporte e a comercialização. A proibição da exportação de animais vivos acarretaria a perda de um número expressivo de empregos diretos e indiretos em prejuízo da vida de milhares de famílias. A perda de renda e a diminuição das oportunidades de trabalho teriam um impacto social significativo, especialmente em regiões onde a pecuária é a principal atividade econômica.



Portanto, tendo em vista que as normas atuais estão em consonância com as melhores práticas internacionais relativas ao transporte de animais vivos e que as consequências econômicas e sociais de eventual proibição seriam significativas, voto pela **rejeição** do PL nº 521, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado **PEZENTI**
Relator

